

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 2 - PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO, GESTÃO E PROJETO - MÉTODOS DE LEITURA, IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PAISAGEM / FORMAS DE ACAUTELAMENTO, SALVAGUARDA OU PROTEÇÃO / FORMAS DE INTERVENÇÃO E CONSERVAÇÃO / PLANOS DE GESTÃO / A PERSPECTIVA DA PAISAGEM URBANO-HISTÓRICA (HUL) / APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM / ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE PAISAGEM NA IBERO AMÉRICA / CONHECIMENTOS TRADICIONAIS AGROBIODIVERSIDADE E TERRITÓRIO / SATS E PATRIMÔNIO / CULTURA ALIMENTAR / O PROJETO DA PAISAGEM / CIDADANIA PAISAGÍSTICA / DIREITO À PAISAGEM E DIREITO DE PAISAGEM / POLÍTICA E PAISAGEM / PAISAGEM E DIREITO À CIDADE E AOS TERRITÓRIOS / PAISAGEM COMO RECURSO POLÍTICO, ECONÔMICO E/OU IDENTITÁRIO / PAISAGEM E CONFLITOS.

MEMÓRIA POLÍTICA E POLÍTICA DA PAISAGEM: DISPUTAS PELA PATRIMONIALIZAÇÃO DO ANTIGO DOPS/GB

Pedro De Araujo Quental (quental.pedro@gmail.com)

A memória política pode ser compreendida como um campo constituído no contexto do fim das ditaduras latino-americanas, do apartheid sul-africano e da desagregação da União Soviética, marcado pelo surgimento de novas práticas e atores sociais, como atingidos pelo terrorismo de Estado, testemunhos, militantes de direitos humanos, comissões de verdade e justiça e novos suportes materiais de memória (LIFSCHITZ, 2012; 2014).

Esses agentes inauguram uma nova gramática de luta política ao alcançar a esfera pública para disputar versões sobre o passado e confrontar processos de silenciamento. A memória política caracteriza-se, assim, pela atuação estratégica na ativação de espaços políticos (CASTRO, 2012; 2018), produzindo intervenções no mundo social por meio da instalação de conflitos em torno da interpretação do passado em arenas do presente.

É sobretudo nos espaços políticos abertos (CASTRO, 2018), marcados por performances de caráter mais efêmero, mas com capacidade de influenciar agendas e produzir efeitos normativos — como a aprovação de leis e processos de patrimonialização — que se disputam os significados do passado e se reivindica reparação. A ativação de locais associados à repressão ditatorial constitui um dos principais vetores dessas ações. Essas lutas podem ser compreendidas como performances patrimoniais (SMITH, 2006; 2021) que assumem a forma de assembleias (BUTLER, 2023) e revelam uma espacialidade própria da memória política, configurando uma política da paisagem (RIBEIRO, 2018; 2022).

Nessas ações, a base material que sustenta a assembleia torna-se simultaneamente plataforma de aparecimento e objeto da própria disputa política (BUTLER, 2023). Esses locais, em sua materialidade e localização, tornam-se centrais para o espaço de aparecimento e à inteligibilidade desses grupos, participando ativamente da produção de enquadramentos da memória (POLLAK, 1989; 1992) orientados ao reconhecimento e à validação de experiências historicamente silenciadas e confinadas à esfera privada. Essas ações inscrevem-se no horizonte dos patrimônios difíceis (MENEGUELLO, 2020) e do paradigma do patrimônio como reparação (CHUVA, 2020), respondendo a demandas contemporâneas por reconhecimento e ressignificando locais de violência como paisagens de luto. A ativação desses espaços institui campos de visibilidade nos quais se disputa o que pode ser lembrado, reconhecido ou silenciado. Enquanto enquadramento e modo de ver, essas paisagens tornam visível e inteligível, no espaço público, aquilo — e aqueles — que foram historicamente negados. A paisagem, assim, não se apresenta apenas como resultado de relações de poder, mas como uma categoria de prática e ação (RIBEIRO, 2018; 2022).

O trabalho analisa as lutas e reivindicações de movimentos sociais como o grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, o Coletivo RJ Memória, Verdade, Justiça e Reparação, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, entre outros atores do campo da memória política, em torno da patrimonialização e

conversão em memorial de direitos humanos do prédio do antigo DOPS/GB, na cidade do Rio de Janeiro, um dos principais centros de repressão do Estado Novo (1937–1945) e da ditadura militar (1964–1985), recentemente tombado pelo IPHAN (2025). A pesquisa adota abordagem qualitativa, interpretativa e indutiva, com ênfase em etnografia de percurso e observação participante realizadas entre dezembro de 2023 e abril de 2025.

Palavras-chave: memória política; espaço político; política da paisagem; patrimônio; lutas por reconhecimento.